

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 014/06.

1
2
3
4 Aos três dias do mês de julho de dois mil e seis, às dezoito horas e nove minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária, na sede da Associação Cristã Feminina – ACF, o Conselho Municipal
7 de Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito na rua Santo Antônio, nº. 259, sob a
8 coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues, CORAS Norte, e na presença dos
9 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Nerina A. Camargo e Graziella C. Emmert –
10 **ACOMPAN**; Oswaldo Dalpiaz – **Casa do Pequeno Operário**; Arnaldo Batista S. dos Santos –
11 **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt e Carmen Lia
12 S. Marino – **Associação Cristã Feminina**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Iara de
13 Fátima B. da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Lourdes Maria Pretto –
14 **CORAS Cristal**; Juçara R. Joaquim – **CORAS Cruzeiro**; Melissa Bargmann – **CORAS Eixo**
15 **Baltazar**; Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de Souza –
16 **Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Kátia Susana S. de Araújo e Ivandro C. da Silva – **CORAS Noroeste**;
17 Maria Lopes Rodrigues e Elvira C. da Silva – **CORAS Norte**; Gleci G. Alvarenga – **CORAS Sul**.
18 **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Carmem Lopes – **Câmara Municipal**; Márcia Lenara
19 Soares – **DMAE**; Cristiano Aristimunha Pinto – **DEMHAB**; Cléia Teresinha da Silva Lucas –
20 **DMLU**; Brizabel M. da Rocha, Sandra Mara Nunes e Cláudia I. de Lima – **FASC**; Vilma Maria
21 Oliveira da Silva – **SMA**; Maria Valéria C. Simões – **SMDHSU**; Maria do Carmo de Souza e
22 Marinês Sanhudo – **SMED**; Elenice de Fátima de M. Stanzinski – **SMF**; Lúcia Cristina D. Capitão
23 e Marisa B. Garcia – **STCAS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria Belquiz M. dos Santos –
24 **CORAS Centro-Sul**; Marilú F. Ribeiro – **CORAS Partenon**; Nídia Maria de Albuquerque –
25 **CORAS Restinga**; Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**; Adriana Model Maciel e Míriam Cardon
26 Prikkladnicki – **SMS**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Edson Luís Zanella e Pe. Altecir
27 Santolin – **Instituto Pobres Servos da Divina Providência**; Ruth D’Amorin e Viviane B.
28 Rodrigues – **UAMPA**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Maria de Lurdes dos
29 Santos – **CORAS Centro-Sul**; Rose Iara dos Santos e Irilde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**;
30 Nelcy G. da Silva e Rosalina Teresinha F. Sabadin – **CORAS Leste**; Pedro C. Custódio e Zailde F.
31 da Silva – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Iara e Priscila Bargmann – **CORAS Nordeste**; Carolina
32 A. da Silva – **CORAS Partenon**; Glademira M. Cortes Barbosa – **CORAS Restinga**.
33 **AUSENTES/GOVERNO**: Eloísa Helena C. Strehlau e Mara Andréa Machado B. da Silva – **SMC**;
34 Ana Eleonora S. Assis – **SME**; Patrick de O. Teixeira, Adriana Furtado e Carmem Suzana da Rocha
35 – **SMGL**; Carmen Lúcia Silva Garcia – **SMIC**; Mercedes Helena Vicentini, Meire Ana B. da Silva,
36 Carla N. Santos e Maria do Carmo Fay – **STCAS Governo Federal**: sem representação de
37 Conselheiros. Participaram também, como convidados: Almadiva Gomes do Valle – **CMAS**; João
38 Altamir Ferreira – **CMAS**; Olinda Maria Robert – **Associação de Lit. e Beneficência**; Maria C.
39 Klern – **Centro de Formação Teresa V. Navegantes**; Rosana J. Borba – **FASC**; Marco Augusto –
40 **Inspetoria São Pio X – SADM**; Teófilo F. Chagas – **Exército de Salvação**; Ricardo Perez –
41 **AJARS**; Haidê Venzon – **Fórum Municipal DCA**; Valmir A. Arrié – **Clube de Mães Mãos**
42 **Dadas – CRAS Norte**; Warná Frúhanf – **ASCAR**; Ignácia Antunes dos Santos – **Associação**
43 **Educacional São José**; Maria Teresa – **Instituto da Criança com Diabetes**; Adélia S. Miranda –
44 **SEMEAR**; Elaine Timmen – **ASAFOM**; Conceição I. de Andrade – **Casa de Nazaré – Centro de**
45 **Apoio ao Menor**; Gilberto Von Hügel Lisboa – **FASC/CMDCA**; Kelen Cristina Brandão – **Clínica**
46 **Pública Ser**; Lilian Pinheiro Silva – **FADEM**; Vera Trentin – **Instituto Maria Auxiliadora**;
47 Mauro Chaves Vargas – **FASC**; Shirlei Raquel Manteufel – **Hospital Moinhos de Vento**; Beatriz
48 Duval – **FASC/CRB**; Marister da Cunha – **Congregação Apostólica Católica Irmãs Palotinas**;

49 Diego Villas-Bôas da Rocha – **CRP/07 Conselho Regional de Psicologia**. Após assinatura da lista
50 de presenças, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1 – Participação do Presidente**
51 **Conselho Nacional de Assistência Social, Sr. Sílvio Iung (Temas: expectativas e plano de**
52 **trabalho para sua gestão frente ao CNAS; Programas de Ação Continuada com Recursos do**
53 **Governo Federal; pagamento de 13ª parcela às entidades conveniadas; implantação do SUAS**
54 **em Porto Alegre); 2 – Processos de Entidades: nova novas, manutenção, recadastramento e**
55 **cancelamento; 3 – Resolução – cancelamento convênio creche com CPIJ – Restinga e repasse**
56 **para outras entidades; 4 – Demanda 1007 – PI 2006 – alteração; 5 – Votação da Ata 013/06; 6**
57 **– Informes. Sra. Maria do Carmo de Souza:** Boa-noite. Agradecemos ao pessoal que está nos
58 acolhendo, da Associação, a Denise e Iara. Estamos hoje na Assembléia do CMAS e vamos dar
59 início. Então, é com prazer que estamos nesta Assembléia com o Presidente do Conselho Nacional
60 de Assistência Social, o Sílvio. A Mesa vai ser composta pela nossa Presidente do CMAS, a
61 Mariazinha, e o Sílvio, nosso Presidente do Conselho Nacional. Para nós, então, uma boa reunião e
62 agradecemos também, tanto, nós Conselheiros, como os visitantes que estão pela primeira vez na
63 nossa Assembléia, agradecemos a acolhida de vocês, Denise. Boa-noite e boa reunião. **Sra.**
64 **Presidente:** Boa noite a todos. A Maria do Carmo já fez a nossa saudação a todos os Conselheiros,
65 eu queria fazer uma saudação especial a algumas entidades, a gente tem representantes aqui do
66 Conselho da Criança e do Adolescente, do Fórum de Entidades, Coordenação do PAIF, enfim, e
67 todas as entidades que estão aqui conosco, seja bem-vindos. A nossa Plenária de hoje não tem
68 caráter de cobrança do nosso Presidente. Eu queria te dizer, Sílvio, que para nós é um prazer a gente
69 estar te recebendo aqui. O Sílvio é um dos primeiros Presidentes da sociedade civil eleito, deve ser
70 o segundo ou terceiro Presidente, que para nós é uma satisfação, até porque o Sílvio é gaúcho, é
71 nosso, daqui do Rio Grande do Sul. Isso, para nós, é uma satisfação imensa! Então, a gente vai
72 passar a palavra para o Sílvio, porque a gente sabe que há uma expectativa muito grande desta
73 Plenária de hoje para ouvi-lo. Vamos fazer uma Plenária mais informal, o Sílvio vai trazer uma série
74 de questões que a gente solicitou que estivesse trazendo e depois a gente abre para a Plenária para
75 perguntas. **1 – Participação do Presidente Conselho Nacional de Assistência Social, Sr. Sílvio**
76 **Iung (Temas: expectativas e plano de trabalho para sua gestão frente ao CNAS; programas de**
77 **Ação Continuada com recursos do Governo Federal; pagamento de 13ª parcela às entidades**
78 **conveniadas; implantação do SUAS em Porto Alegre).** **Sr. Sílvio Iung:** Muito obrigado,
79 Presidente, pela introdução, pela acolhida do pessoal aqui. Eu agradeço muito pelo convite e
80 também pela possibilidade de, nesta condição de Presidente, poder atuar, ao falar pela primeira vez,
81 em um Conselho, que é o Conselho da Capital do meu Estado. Então, isso também é uma alegria, eu
82 estava dizendo isso para a Presidente ainda há pouco. Eu já tive a oportunidade de estar em várias
83 entidades, associações e grupos, mas a convite de um Conselho é o primeiro em que estou falando.
84 Eu tenho algumas outras coisas já previstas, inclusive, no Conselho Estadual, na metade do mês,
85 mas na condição de Presidente é a primeira oportunidade que tenho de estar junto com um
86 Conselho. Eu faço questão de sublinhar isso, porque uma das coisas que me pediram para falar foi
87 de como a gente imagina atuar nessa função no Conselho Nacional de Assistência Social. Eu defini,
88 junto com a Simone, que é a Vice-Presidente, como uma proposta nossa, três aspectos importantes,
89 teremos outros, evidentemente, mas esses serão resultados de uma agenda conjunta com os demais
90 Conselheiros, quando na semana que vem teremos uma reunião de dois dias prevista de
91 planejamento do Conselho para esta gestão. Não para a gestão da Presidência, que em si é por um
92 ano, mas para a gestão da sociedade civil, que é deste período de 2006/2008. Dessas três prioridades
93 que nós defendemos para esta gestão uma delas é a aproximação com os Conselhos Estaduais e
94 Municipais. Um dos grandes temas que a gente tem escutado, e eu tive a oportunidade de na gestão
95 anterior, no Conselho, de visitar muitos Conselhos de outros Estados, sobretudo em função da
96 conferência e como eu estava na Comissão Organizadora da V Conferência, visitei vários Estados.
97 Um dos temas sempre apontados era a distância entre os Conselhos Municipais, Estaduais e o

98 Conselho Nacional, e entre os Estaduais e Municipais de novo. Isso acaba repercutindo na
99 incompreensão do papel de cada um desses entes e começa a vir a pergunta: por que três Conselhos
100 se acaba sendo que os três fazem praticamente a mesma coisa? Na verdade, não é assim, cada um
101 dos Conselhos tem uma tarefa dentro dessa estrutura federativa, mas é fundamental que o Conselho
102 compreenda esse seu papel e se um deles não desempenhá-lo adequadamente nós passamos a ter
103 prejuízo no nosso sistema, e, mais do que nunca, em um sistema único que está em implantação
104 desde 2004. Então, estar em um Conselho, Presidente, sempre é importante porque a gente consegue
105 ajustar o discurso, no mínimo, de compreensão e quais são as necessidades de um, quais são as
106 tarefas de um e de outro. Então, por isso, agradeço mais uma vez ao convite. E também já digo que
107 um dos pontos que será fundamental para nós neste período é de estar junto com os Conselhos, não
108 necessariamente com a facilidade, como a gente tem aqui. E vamos explorar também de que os
109 Conselhos que estão no entorno do nosso local de residência, que são muito mais fáceis de ser
110 visitados, que a gente possa encontrá-los mais vezes, nem sempre neste formato, mas, também,
111 tentando convidar Conselhos, fazendo reuniões regionais. Enfim, o formato mesmo nós queremos
112 definir também na próxima semana, quando teremos o nosso planejamento. Eu aproveito, já que
113 introduzi essa parte, para dizer que um segundo aspecto importante neste período para nós será o de
114 levar á frente as deliberações da V Conferência, naquela parte que cabe ao Conselho. Há um
115 conjunto de definições, as metas para o plano decenal, como foi definido, que cabem ao Conselho
116 Nacional e que cabe também ao Conselho Nacional desafiar os Conselhos Estaduais, ou Municipais.
117 Há vários itens que eu não vou agora entrar em detalhe, a gente pode até conversar alguma coisa
118 depois, mas a conferência é o nosso grande mecanismo de controle social, é onde nós ouvimos a
119 sociedade em um grande número. O Secretário Nacional de Assistência Social, o Dr. Oswaldo
120 Russo, que é Conselheiro também lá no CNAS e é estatístico de formação, ele fez uma estimativa:
121 ele disse que 400 mil pessoas se envolveram na conferência do ano passado. Ouvir o que a gente
122 ouviu de 400 mil pessoas tem que ser respeitado, não cabe agora a 18 Conselheiros, ou a 9 que
123 sejam da sociedade civil, ou a um, que é o Presidente, desrespeitar ou não considerar. Então, não
124 cabe inventar nada sobre isso também. O Conselho deve levar em frente as decisões da conferência
125 por uma série de razões, uma delas eu já citei, mas outras são as seguintes: como eu disse há pouco,
126 o tempo no Conselho é um tempo relativamente rápido, um ano passa com a velocidade de um
127 piscar de olhos. Então, é mais importante que a gente consiga trabalhar em um plano permanente,
128 em algo que fique. Então, se cada um que chega lá resolve fazer a sua política, resolve fazer o seu
129 projeto, a verdade é que a gente tem no máximo o tempo de destruir e não tempo de construir.
130 Então, também por aí as decisões das conferências são um elemento a ser preservado e a ser
131 utilizado como a bandeira que a gente levanta, e que a gente coloca como o esteio da nossa própria
132 gestão. Então, nós já temos dois, o primeiro relacionado com essa questão da participação, da
133 aproximação com os Conselhos, e o segundo esse da conferência. O terceiro aspecto que eu acho
134 muito importante, e que na oportunidade em que tomamos posse foi o primeiro que eu citei, é o de
135 assegurar de trabalhar em favor da autonomia do Conselho. O Conselho não é um espaço da gestão
136 política do momento, é um espaço da sociedade. Assegurar autonomia significa construir um espaço
137 do Estado, que é de todos nós, acima de cores partidárias e de vontades de momento. Toda vez que
138 a gente consegue trabalhar na autonomia do Conselho a gente pode assegurar que também quando
139 as cores partidárias, ou os momentos que aqueles que estão no poder e que não coadunam com
140 aquilo que a gente pensa, esse espaço do Conselho continua servindo como voz para a gente. Eu
141 acho que é importante que todos na sociedade tenham voz, os Conselhos são esse espaço, espaço
142 que ainda é incompreendido por muitos, tanto é que os Conselhos, que são uma obrigação hoje para
143 poder acessar recursos do Fundo Nacional, que são uma obrigação para aprovação orçamentária,
144 funcionam na mão dos gestores, não quero particularizar, mas na mão de muitos gestores neste País
145 apenas como um entrave burocrático e não como um espaço de construção. Então, construir o
146 espaço da autonomia no Conselho Nacional parece-me que também se torna um modelo exemplar

147 para que os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais se espelhem nessa dinâmica e
148 construam os seus espaços de autonomia. Então, isso é importante. E também hoje, quando nós
149 estivermos conversando, Presidente, as informações que a gente der aqui sobre execução
150 orçamentária, elas são informações que não devem se confundir com aquilo que passa a ser o papel
151 do Conselho na cobrança da execução, tão pouco na confecção do orçamento do próximo ano com o
152 papel que é do gestor de execução; ou seja, são papéis diferentes. Aqui não está hoje, e menos ainda
153 do que na gestão anterior, um representante do Ministério do Desenvolvimento Social, aqui está um
154 Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social, representante da sociedade civil, mas nem
155 por isso exclusivo defensor da sociedade civil, mas um defensor da construção de um espaço
156 autônomo, que é o Conselho. Quanto mais nós avançarmos nisso nós também teremos
157 representantes governamentais, como presidentes, como dirigentes do Conselho, que consigam
158 também assumir esse tipo de postura sem temores de que o ministro, ou que seja lá quem for,
159 destitua aquele que está na função do cargo e passe fazer valer a sua vontade. Como é o caso dos
160 Estados e Municípios, os representantes governamentais quando acabam tendo que se sujeitar às
161 vontades dos gestores. Volto a dizer, não quero particularizar, mas a gente sabe que a construção do
162 espaço democrático dos Conselhos é um fenômeno muito recente, é não superior a 12, 13 anos,
163 quando muito de 17, 18 com a Constituição, quando eles foram instituídos, ou foram pensados em
164 um País que não tem mais do que 30 ou 40 anos de democracia. Então, nós não estamos
165 acostumados a participar das decisões da sociedade. A nossa trajetória democrática brasileira
166 começa nos anos 50, segunda metade dos anos 40, ali reside o início da nossa democracia de fato.
167 Aí nós tivemos na seqüência um regime de exceção que nos privou por mais 25 anos da
168 participação. Então, aqueles 15 ou 20, somados a mais 15 ou 20, não representam mais do que 30,
169 35 anos hoje de experiência democrática. Isso é um acúmulo relativamente pequeno para a solidez
170 das instituições democráticas, e o Conselho é um espaço de solidez democrática. Então, cabe a cada
171 um de nós quando assume um espaço como este fortalecer isso quando a gente acredita na
172 democracia. Então, são esses três pontos: da autonomia, o respeito às decisões da conferência e a
173 relação com os Conselhos, aqueles que a gente definiu como os que teremos nesta gestão a serem
174 seguidos. O restante virá como consequência desse processo, que visa, então, com planejamento,
175 dar transparência, dar celeridade, enfim, que se constitui em uma série de ações que a gente imagina
176 possam também chegar a todos aqueles que têm relação com o Conselho ou que deveriam ter.
177 Então, esse é o primeiro ponto que tinha sido solicitado que a gente comentasse um pouco. Outro
178 aspecto que foi trazido é de como está a questão dos recursos, dos programas de Ação Continuada
179 com recursos do Governo Federal. Nós estamos agora no momento de discussão do orçamento para
180 o próximo ano. Em julho teremos a proposta orçamentária apresentada pela Secretaria, nós já
181 tivemos um primeiro contato com essa questão, tivemos uma prévia da proposta que em julho virá
182 para nós. Em agosto o Conselho tem que aprovar a proposta, que, então, será remetida para o
183 Congresso. A proposta orçamentária se dá dentro do Conselho com base na definição de
184 prioridades, porque há toda uma busca pela ampliação de recursos, mas nós sabemos que a situação
185 de ampliar recursos depende de toda uma articulação política, de um contexto econômico que
186 inviabiliza que a gente, por exemplo, tenha de um ano para o outro mais 2 ou 3 bilhões de reais para
187 uma determinada pasta. A proposta prévia que foi apresentada para nós estima, dependendo de
188 aprovação do Ministério do Planejamento, porque ele ainda não forneceu os limites, mas a proposta
189 prévia prevê uma ampliação. Até para não dizer nenhuma bobagem, o valor total passa por esta
190 proposta do Ministério de 1.139.459.000 para 1.512.667.000. Este aumento que poderíamos
191 arredondar para quase 400 milhões é um aumento em si significativo, que visa atender uma
192 ampliação da estrutura proposta justamente pela conferência. Os valores que serão repassados não
193 necessariamente vão sofrer alterações, ainda não temos esses finais, porque é como eu disse, ainda
194 estamos na fase de elaboração dessa proposta. Essa ampliação pretende, sobretudo, contemplar
195 algumas áreas que hoje não são atendidas e que passam a atender indiretamente algumas ações,

196 programas, que hoje sequer são contemplados adequadamente. Por exemplo, há um valor
197 importante previsto aqui, 226 milhões contra 181, o valor é aí 30 milhões acima do ano passado no
198 cronograma de universalização dos CRAS. Há uma expectativa de que com 580 CRAS por ano em
199 quatro anos se atinja um número total de CRAS nos municípios que estão habilitados, que precisam
200 receber ainda. Então, há um outro aspecto importante nessa questão do orçamento que prevê a
201 implantação de CREAS, com a implantação dos CREAS alguns programas, como, por exemplo, os
202 programas de combate e abuso à exploração sexual. Além dos repasses que hoje têm eles passam a
203 ser atendidos por essa ferramenta que passa a integrar a rede de proteção. Eu não vou me estender
204 muito, porque como eu disse antes, a questão do orçamento ainda está em discussão, mas as
205 prioridades que foram oferecidas em um primeiro momento para o orçamento de 2007 são: a
206 erradicação do trabalho infantil; a economia solidária em desenvolvimento, promoção da inclusão
207 produtiva; a questão da proteção social básica com isso que eu já falei dos CRAS; a proteção social
208 especial e a gestão da política de desenvolvimento social e combate à fome, com a capacitação de
209 agentes públicos em políticas de desenvolvimento social. Essas ações são as que, prioritariamente, o
210 Conselho apontou como aquelas que deveriam ser contempladas e estão em consonância com aquilo
211 que a conferência também indicou. Portanto, esse aumento de recursos, que a gente espera que o
212 Ministério do Planejamento confirme, irão nesta direção. O outro lado disso, há um problema de
213 ajuste e reajuste dos valores repassados hoje aos programas. Eu acho que isso é uma questão sempre
214 muito importante, porque a gente sabe que a situação sofre mudanças, há aumentos crescentes. E eu
215 acho que essas coisas a gente também deve ainda pleitear de alguma forma uma repactuação desses
216 valores, mas, em parte, alguns desses programas sempre também têm algum tipo de contrapartida
217 dos municípios ou do Estado. Então, isso também é resultado de pactuações com os gestores nas
218 comissões intergestoras tripartite, ou tripartite, para que, enfim, esses valores sejam suportados e
219 tenham condições de viabilização. Eu tomei a liberdade também de solicitar ao Fundo Nacional os
220 valores repassados, os programas executados, tanto no ano passado quanto neste ano, no Rio
221 Grande do Sul e em Porto Alegre. E eu vou passar para a Presidente, se tiverem interesse podem
222 estudá-los com mais cuidados. A gente pode talvez destacar algumas coisas daqui, como, por
223 exemplo, isto não fica muito claro, mas este ano foi repassado de janeiro a maio 315 mil para os
224 serviços ofertados às famílias ligadas a CRAS, há sete CRAS aqui em Porto Alegre, que não são os
225 centros regionais, são os centros de referência, são as casas das famílias. A Proteção Social Básica
226 ainda, na ação socioeducativa com famílias, no piso básico de transição houve um total entre
227 aqueles programas antigos, deu 584.470. No Agente Jovem 25.000, aí tem os BPC's, os PPD's aqui
228 deu 3.842.000, e o idoso BPC 3.422.000, 3.800.000 pessoas portadoras de deficiência e 3.400.000,
229 dá um total de 8.189.000 em BPC. Atendidas 6.380 pessoas PPD's e 5.682 idosos. Então, isso na
230 Proteção Social Básica. Na Especial teve um repasse no alta complexidade de 163.272, e foram
231 atendidas 733 pessoas entre idosos, adolescentes e deficientes. Na média complexidade 32.000 o
232 repasse e nos serviços específicos de Proteção Social Especial, como atendimento em centro/dia,
233 atendimento domiciliar, reabilitação, não sei se está aqui o PAIF. No piso de transição está 573.187,
234 no PETI foi 1.032.000 para 4.128. o total repassado para Porto Alegre, de janeiro a maio, foi
235 9.990.000. Isso é resultado de transferência do Governo Federal para Porto Alegre, de janeiro a
236 maio. Depois nós podemos falar mais sobre financiamento. Houve uma pergunta aqui: se há
237 pagamento de 13ª parcela para entidades conveniadas, não, apenas não. Um outro tema que havia
238 sido solicitado para que a gente falasse é sobre a questão da capacitação de Conselheiros para o
239 SUAS, de um modo geral Conselheiros. Essa questão da capacitação é um ponto nevrálgico
240 evidentemente. Como eu dizia antes já, um dos grandes problemas que nós temos é a própria
241 confusão de papéis que existem entre os diferentes Conselhos. Eu estive falando sexta-feira, em
242 Passo Fundo para uma pessoa e lá estava a ex-presidente do Conselho Municipal, a conversa era
243 mais com entidades. Então, as entidades falavam sobre o problema da inscrição no Conselho
244 Municipal e das exigências que aquele Conselho lá punha para as entidades. Em verdade, não é uma

245 exigência que o Conselho põe, mas é uma transcrição das exigências do Conselho Nacional para a
246 concessão do registro e certificado. Ora, se o Conselho Municipal põe as mesmas exigências que o
247 Conselho Nacional, então, um dos dois é dispensável. Não é assim? Se dois fazem a mesma coisa,
248 um fica sentado e o outro trabalha, o outro levanta e outro fica sentado. Não é essa a idéia, cada um
249 dos Conselhos tem uma tarefa específica. Qual é a tarefa do Conselho Nacional? Diz na LOAS que
250 é tarefa do Conselho Nacional aprovar a política e normatizar as ações de assistência social no País.
251 Isso não dá um ar de quem está sobrevoando? Isso é tarefa do Conselho Nacional. Qual é a tarefa do
252 Conselho Estadual? O Conselho Estadual deve coordenar a implantação dessas ações, essas
253 normativas, como elas se processam, como elas se interligam no Estado. E qual é a tarefa do
254 Conselho Municipal? Só há uma: é ver se aquelas ações estão acontecendo de forma qualitativa, de
255 forma continuada, valorizando as pessoas que estão trabalhando lá, enfim, ver o funcionamento
256 efetivo. Agora, se o Conselho Municipal exige das entidades as mesmas coisas, eu estou citando
257 entidades por conta daquele exemplo concreto que me ocorreu, ou que apareceu, na semana
258 passada, se exige das entidades a mesma coisa que o Conselho Nacional exige, alguém está no papel
259 errado. Talvez até pudesse ser o Conselho Nacional, mas me parece que nesse caso não é. Tem
260 aquela pergunta: o que, por exemplo, um Conselho Municipal vai fazer com o balanço da entidade?
261 O balanço da entidade serve para verificar a qualidade do atendimento, serve para verificar se
262 aquele programa é desenvolvido de forma continuada. O Conselho Municipal, e em uma metrópole
263 às vezes é mais complicado, em uma Cidade grande como Porto Alegre, mas é tentar fiscalizar *in*
264 *loco*, ir nas entidades, verificar se o trabalho está acontecendo, como está acontecendo. Essa é a
265 grande tarefa do Conselho Municipal. Agora, alguém vai dizer: mas o Conselho lá não sei onde não
266 faz isso; bom, possivelmente não faz, não porque não queira, mas porque não foi instruído, porque
267 os Conselheiros não foram instruídos adequadamente. Essa é uma preocupação do Conselho
268 Nacional, essa é uma preocupação do próprio Ministério, que eu sei. Então, nós temos no nosso
269 orçamento, inclusive, recursos, no orçamento do Conselho Nacional recursos previstos para a
270 capacitação. Então, oportunamente nós devemos conversar, eu mesmo ainda não tenho como passar
271 muitas informações mais, porque ainda sou também neófito nessa área, mas nesta semana mesmo,
272 quinta-feira, vou tirar o dia para discutir a questão do orçamento e da aplicação desses recursos
273 justamente para capacitação. Eu não sei se vai ser possível a gente fazer um programa só para Porto
274 Alegre, ou para a região metropolitana de Porto Alegre, não sei, mas há recursos para isso. Essa é
275 uma via, nós precisamos disso para qualificar o trabalho, porque nós queremos ver se os programas
276 estão sendo executados, e quem pode fazer isso é o Conselho Municipal, é ele que se viu alguma,
277 que se leu no jornal local vai lá e verifica, conversa, ele tem esse dever como agente público. Então,
278 esse é um caminho; o segundo caminho que eu acho que vai ser bem interessante, nós estamos
279 discutindo agora a regulação dos serviços de assistência social previstos pela Lei do Pró-UNI. Há
280 muita gente defendendo lá que as universidades, que são um repositório de saber e tem muitas
281 pessoas altamente qualificadas, estudiosas, nós citávamos antes e vou citar aqui, não é comercial,
282 mas também não precisa mais de comercial, a PUC, por exemplo, tem um curso de serviço social
283 fantástico, com pessoas com muito preparo. Então, quem sabe a PUC poderia disponibilizar um
284 programa de capacitação de Conselheiros e utilizar isso como contrapartida para a condição de
285 entidade beneficente que ela tem? Então, isso é uma discussão que a gente está começando a fazer,
286 atingir o usuário, faz um programa todo. Eu estou citando a PUC, mas por mim pode ser a
287 UNISINOS, sei lá quem, o IPA, quem quiser. Vejam, nós estamos começando a buscar alternativas
288 para equacionar esse que é um ponto central na implantação do sistema único porque esse é o nosso
289 grande desafio, fazer com que esse sistema único passe a funcionar como aqueles guarda-chuvas
290 que vocês já devem ter visto, que são a propaganda do SUAS, que demonstra a idéia da
291 engrenagem, onde um roda o outro. Então, o Conselho Municipal precisa girar para rodar o
292 Estadual, para rodar o Nacional, tem que haver esse tipo de integração por sua vez com o gestor, por
293 sua vez com a sociedade. Então, somente quando a gente conseguir atingir esse patamar é que me

294 parece que nós também faremos uma política de assistência social efetiva, qualitativa, onde as
295 pessoas que estão sendo atendidas lá não precisem ainda saber dos seus direitos, mas que a
296 sociedade como um todo saiba seus direitos e possa fazer com que atenda essas pessoas da forma
297 como merecem e da forma como nós mesmos gostaríamos de ser atendidos. A grande defesa da
298 política nacional de assistência social, quando ela introduz o conceito SUAS e quando introduz o
299 conceito de assistência não como um favor, mas como um direito da pessoa, é o de dizer: “Eu que
300 estou hoje, tenho a minha renda, tenho uma cama para dormir, tenho condições de conviver com a
301 minha família”; esse direito que pode parecer tão banal sob o qual nem reflito, esse é um direito que
302 pertence a toda a pessoa. E é nesse patamar que a gente tem que chegar, não mais onde o direito ou
303 o atendimento à pessoa é feito quando a decisão de fazê-lo é daquele que está na condição
304 privilegiada; ou seja, eu vou decidir quando vou ajudar alguém, é no Natal para eu me sentir bem.
305 Então, essa é a grande mudança conceitual, mas ela não é uma mudança tão simples, porque ela
306 demanda uma mudança na própria estrutura de sociedade, onde de novo os Conselhos são
307 importantes, onde mais pessoas têm essa compreensão, mas onde também nós enxerguemos
308 naqueles que são parceiros hoje aliados. Isso também acontece às vezes, os Conselhos, por exemplo,
309 enxergam nas entidades prestadoras de serviço, nos trabalhadores, ou nos usuários, na verdade,
310 pessoas com quem tem que se confrontar; vamos brigar: “Agora nós vamos exigir que aquela
311 entidade faça”; não, conversa com a entidade, instrui ela primeiro, porque quando a gente faz isso
312 passamos a construir em conjunto. Se depois de três, quatro tentativas realmente não der, aí talvez
313 fique manifestada a má intenção, ou seja lá o que for. Agora, infelizmente é assim que a gente às
314 vezes, também no Conselho, se arroga à condição de poder dizer “agora sim”, e não é esse o nosso
315 papel, pelo contrário, no Conselho é de buscar a sua própria capacitação e a partir daí o auxílio
316 àqueles que atuam, entidades, verificar a condição de atendimento dos usuários, verificar a condição
317 dos trabalhadores que estão lá na ponta. Então, compreender esse mecanismo, essa dinâmica, é o
318 nosso grande desafio, é o nosso grande papel e, vocês podem ter certeza, dentro dessa compreensão
319 a gente vai buscar trabalhar neste período destes 2 anos. Eu encerro por aqui, Presidente, porque
320 talvez alguns tenham perguntas. E se não tiverem a gente vai olhar a novela. **Sra. Presidente:**
321 Obrigada, Sílvia, mas acho que há bastante perguntas, a novela vai ter que ficar para depois. Nós
322 queremos registrar a presença da Presidente da Fundação de Assistência Social, a Brizabel, e a
323 convidamos também para fazer parte da Mesa conosco. Então, a palavra está à disposição, quem
324 gostaria de fazer alguma pergunta ao Sílvia, por favor, venha até a frente para fazer uso do
325 microfone. **Sra. Cléia Teresinha da Silva Lucas:** Boa-noite a todos. A minha grande preocupação
326 é saber como o novo sistema que será implantado no SUAS, se o sistema vai reaproveitar esse
327 material humano já existente na nossa organização, sobretudo, aqui em Porto Alegre, ou se vai
328 estar-se chamando um concurso público para o ingresso desses trabalhadores? **Sr. Sílvia Iung:** O
329 SUAS não vai significar uma mudança como significou em outros tempos a LBA para o novo
330 modelo, não é assim. Então, o pessoal continua atuando normalmente. Contudo, o que está em
331 discussão atualmente é uma norma operacional básica para recursos humanos, isso está em
332 discussão. Nós mesmos no CNAS estamos começando a discussão disso, aí sim é o estabelecimento
333 de um conjunto de condições, necessidades, para que as pessoas atuem e sejam valorizadas por isso
334 também. Aliada aquela questão que eu dizia antes, de que a gente atende as pessoas para se sentir
335 bem, nós temos na questão da assistência também à compreensão de que quem ajuda os outros o faz
336 porque tem boa vontade. Eu acho que é assim mesmo e pode ser, mas isso também é uma profissão.
337 Então, quem ajuda, quem trabalha, quem atende, tem que ser reconhecido e valorizado por isso
338 também. Essa NOB RH, como está sendo denominada, vai entrar nessa direção, ou seja, vai avançar
339 nisso, mas não vai haver uma mudança como naquele tempo da extinção da LBA e depois o
340 reaproveitamento, alguma coisa assim. O pessoal continua atuando onde está hoje. Uma outra
341 busca, um outro desejo muito grande é que haja mais pessoas atuando, mas é outra estrutura de
342 novo, concursos e tal. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Boa-noite, Sílvia, prazer em revê-lo aqui, é

343 uma satisfação para nós da CORAS Centro recebê-lo aqui. A minha pergunta vai na questão da
344 política para moradores de rua. Eu queria saber o que o Conselho está pensando em cima disso,
345 porque a gente vê política para idoso, políticas diversas. Eu participei de um encontro em Brasília, o
346 primeiro encontro para discussão de políticas públicas para moradores de rua, acho foi ano passado,
347 só que se discutiu, fizeram-se alguns encaminhamentos que nunca saíram do papel. Essa questão da
348 inclusão produtiva, que o MDS colocou, foi lançado naquele encontro, mas o que tem vindo em
349 termos de inclusão produtiva vem para o gestor, o gestor manda o projeto para o MDS e não vem à
350 discussão dentro do Conselho e eu não vejo essa população sendo beneficiada com esse tipo de
351 serviço. Se tu não tiveres uma resposta, mas eu gostaria que pelo menos houvesse uma atenção
352 especial do Conselho Nacional em cima de políticas públicas para os moradores de rua. **Sr. Ivandro**
353 **C. da Silva:** Boa-noite, Sílvio, Presidente Maria, Presidente Brizabel. Sílvio, você falava
354 justamente sobre essa possibilidade, até citou o exemplo da PUC, ou qualquer outra instituição.
355 Você mesmo sabe, nós muitas vezes inclusive falando ao Ministro Patrus, em outras oportunidades
356 também, nós dizíamos exatamente isso, como garantir, se é possível, até tentando trazer o 191 do
357 CNAS como garantia, que nós consigamos manter a interface, tanto da educação quanto da saúde,
358 para que nós pudéssemos qualificar ainda mais com recursos da própria beneficência, da própria
359 filantropia. Programas como esses que são feitos e que estão sendo feitos para a melhoria da
360 qualidade de vida das pessoas, a exemplo do que foi citado aqui com meninos de rua. Enfim, como
361 fazer? Nós estamos sabendo que há possibilidade agora, está sendo gestado agora um decreto no
362 Ministério da Previdência, tentando regulamentar o artigo 3, Decreto n.º 2.536, em relação à saúde.
363 Tentando regulamentar também, mais uma vez, a questão da definição do que é assistente social.
364 Por outro lado, como preservar que essa interface seja garantida para que o Conselho possa transitar
365 nessas três áreas, tanto da assistência social, como da saúde, como da educação? Até para não se
366 perder a grande riqueza, a grande fonte de recursos que temos à disposição, que nós poderíamos
367 contribuir com ótimos projetos, independente de estarmos ou não presentes nessa orçamentação que
368 existe da própria política nacional do NOB e SUAS. **Sr. Sílvio Iung:** A questão dos moradores de
369 rua, de fato, nós não temos uma discussão qualificada no Conselho, pelo menos por enquanto. O
370 que nós temos feito é uma experiência nova no Conselho e eu acho que os moradores de rua podem
371 entrar na fila logo, é discutindo alternativas para algumas populações em especial. Nós estamos
372 discutindo atualmente a situação das comunidades quilombolas e também das comunidades
373 indígenas. A origem disso foi em função dos CRAS, de como construir CRAS que atendessem a
374 essas populações. Só que ao longo da discussão o que se percebeu foi que há todo um aspecto
375 sociológico que envolve isso, que ultrapassa a própria construção, ou atendimento em si. O que está
376 nascendo lá no Conselho é a necessidade de discutir a situação de outras populações, como, por
377 exemplo: moradores de rua, migrantes, fugitivos políticos, coisas desse tipo, que, às vezes a gente
378 nem se dá conta que estão aí e que não têm atenção. Então, eu imagino que a gente possa incluir a
379 discussão mais qualificada da questão dos moradores de rua a partir dessa experiência, que dentro
380 do Conselho, inclusive, há pessoas que estão há bastante tempo lá, estão há 15, 20 anos como
381 servidores mesmo. Essa experiência é absolutamente nova, onde se trouxe essas populações para
382 dentro do Conselho, discutir a partir das impressões que eles têm e a partir disso se formular
383 políticas, que também são contempladas desde as suas necessidades específicas como com recursos
384 orçamentários. Então, eu acho que é uma boa lembrança essa sua, que vou levar, que eu vejo
385 perfeitamente enquadrável nesse novo formato de discussão que o CNAS tem promovido a partir da
386 política existente, mas que tem que contemplar algumas populações em especial. Então, vou levar
387 isso. A questão que o Ivandro traz de como se dá essas interfaces todas e como garanti-las, nós
388 estamos, eu disse antes já, na questão da parceria com as entidades de ensino superior, estamos
389 discutindo dentro de um grupo de trabalho, que nós denominamos GT Pró-UNI, que está trazendo
390 esse tipo de alternativa. Esse é um aspecto e que está contemplado na própria lei, a Lei do Pró-UNI
391 prevê a prestação de serviços socioassistenciais. O problema é sempre caracterizá-los, o que é isso

392 afinal de contas? Às vezes é mais importante um determinado segmento, não sei se é agora, mas
393 poderíamos imaginar que mais importante que uma instituição de ensino superior ofereça um
394 serviço de qualificação, de capacitação, do que agora desenvolver um determinado projeto. Talvez a
395 capacitação multiplique em 10, 15, 30 vezes aquele próprio atendimento que ela faria se
396 despendesse isso. Ou seja, vai montar um projeto, vai lá, então, busca, capacita as pessoas para
397 fazerem esse tipo de execução. Particularmente, sempre defendi isso, também a gente defendeu isso
398 na Resolução n.º 191, que em nenhum momento segrega, diz: não, as entidades não podem fazer a
399 educação, por exemplo; não podem fazer assistência social; ou não podem desenvolver programas
400 que são de assistência social, inclusive, de assessoramento. O fato é que nós estamos em um
401 processo de grandes redefinições a partir desse texto da política nacional. O que eu acho importante
402 também é que a gente tem conseguido garantir até aqui sempre uma discussão com a sociedade, tem
403 conseguido discutir uma discussão dentro do Conselho. Há, por exemplo, uma promessa explícita
404 do próprio Ministro e das pessoas ligadas ao Ministério de que tudo que envolve o decreto, que virá
405 em substituição ao 2.536, será discutido dentro do Conselho. Isso em parte é também uma novidade,
406 tendo em vista que algumas ações recentes não tiveram esse tipo de situação. Em relação ao Pró-
407 UNI, só para citar um exemplo, o Conselho tomou conhecimento, como toda a população, pelo
408 Diário Oficial, do texto legal. Não houve uma discussão disso, também não houve uma discussão
409 disso com o Ministério do Desenvolvimento Social. Esse é um problema que a gente vive, que digo
410 às vezes que Brasília funciona exatamente como são os ministérios, em caixotes. Então, cada
411 ministério vai lá e faz a sua política e perde-se muito disso, que é uma grande defesa e uma
412 necessidade, por exemplo, da assistência social, essa questão da intersetorialidade, da relação com
413 outras políticas públicas, que tem sido buscado, posso garantir a vocês, pelo Ministério do
414 Desenvolvimento Social e o próprio Conselho também tem sido parceiro nisso. Então, eu acho que
415 é uma questão também de vigilância da própria sociedade. Eu acho que uma coisa que está muito
416 pontuada hoje é de que a assistência social se afirma como política pública, ou seja, ela tem um
417 específico, não é mais uma política acessória de outras políticas. Então, eu acho isso importante,
418 mas daí para frente ainda há algumas coisas importantes para se tornar uma política também que
419 atinja um universo maior. Por exemplo, o orçamento da assistência social, a exceção do BPC e do
420 Bolsa Família, vocês viram, é um bilhão e meio de reais. Isso para o universo do que tem que
421 atender é relativamente pouco. O orçamento do FUNDEB, para vocês terem uma idéia, sabem
422 quanto é? Eu acho que não é muito, mas, comparativamente, dá para ver o que significa, porque a
423 gente não sabe muito bem o que é um bilhão e meio de reais. Se alguém souber o que é isso me
424 explica, porque eu não sei, eu tenho que me amparar com outras coisas para tentar dimensionar,
425 porque é um número astronômico, a gente não sabe quanto é. Eu tenho 100 reais na carteira, o resto
426 eu não sei muito bem, e porque é início de mês. Então, o orçamento do FUNDEB era na última vez
427 que eu li alguma coisa, no início do ano, era de 48 bilhões de reais. Então, aí a gente começa a
428 perceber os números, o que isso representa, e a gente só consegue entender o orçamento
429 comparativamente, mas também tem que ver a execução de programas depois. Há uma outra coisa
430 importante que a gente está superando no País hoje, que não basta mais a gente apenas dizer:
431 “aumenta, aumenta, aumenta”; mas aumenta para quê? Nós também sabemos que tem muito recurso
432 sendo aplicado de forma indevida, ou mal versada, nem é indevida, mas o custo de certas coisas são
433 tão fabulosas que a gente não compreende como não conseguem fazer mais com isso. **Sr. Teófilo F.**
434 **Chagas:** É um prazer ter você aqui hoje, eu acho um privilégio para nós. Eu tenho duas perguntas, a
435 primeira tem a ver com autonomia e a segunda tem a ver com prioridades. Quanto à autonomia
436 quero dizer o seguinte: tu colocaste a respeito da autonomia do Conselho, eu estava pensando que
437 um dos problemas sérios que a gente tem hoje é exatamente que os gestores mudam muito as suas
438 políticas públicas. Isso interfere diretamente no processo em nível estadual, em nível municipal.
439 Então, será que no CNAS existe uma forma de cada vez mais se garantir, apesar das gestões
440 mudarem as políticas vão-se manter? Como tu falaste, nós estamos em um processo de

441 democratização e todo mundo está aprendendo com isso, inclusive, os gestores, mas cada vez mais
442 eu acredito que a gente precisa criar dispositivos legais ou não, seja lá o que for, para que políticas
443 sejam garantidas e que se tenha autonomia até em nível municipal. Senão de 2 em 2 anos, de 4 em 4
444 anos a gente não sabe, por exemplo, se uma determinada área o Governo vai resolver embarcar
445 aquilo. Aí instituições, ONG's e tal, que se dispuseram a fazer aquele determinado tipo, equiparam
446 e tal, hoje não tem mais para onde ir, ou vice-versa. Então, essa é uma pergunta. A outra pergunta
447 seria com relação à questão de prioridades. Quando a gente pensa que o CNAS está com
448 determinadas prioridades, isso é importante, prioridades são importantes, mas também é perigoso,
449 porque de repente há determinadas áreas que são menos prioritárias, mas são importantes que, por
450 questão até às vezes de instituições se dedicarem mais às prioridades e cobrarem mais as
451 prioridades, acabam muitas vezes faltando recurso para as outras áreas. Você tem que muitas vezes
452 brigar no Poder Público para conseguir alguma coisa para poder fazer aquilo e muitas vezes acaba
453 não conseguindo, não fazendo. Então, como resolver essas situações de mesmo você não tendo uma
454 prioridade na mão poder pleitear recursos, mostrar que o que você está fazendo é importante e
455 continuar mesmo não sendo prioridade? **Sra. Warna Frühanf:** Eu fiquei com algumas
456 curiosidades. Tu falaste que estão pensando no Conselho Nacional de como vai ser a questão do
457 atendimento às comunidades indígenas e quilombolas. Como eu trabalho com esse público em
458 Porto Alegre tenho uma curiosidade em saber quem em nível nacional está participando dessa
459 discussão, como está sendo conduzido isso, porque a gente tem público aqui no Município que
460 necessita dessa política, desses centros de referência. Uma outra coisa que eu queria colocar, tu
461 falaste também que há recursos para a capacitação, aí me ocorreu que não sei como vão ser
462 conduzidas essas capacitações quando forem alocados os recursos, mas que nisso também seja
463 pensada alguma coisa nessa formação para esse tipo de público diferenciado. Por atuar também em
464 segurança alimentar e a segurança alimentar hoje é uma política muito nova, creio que mais nova
465 que a assistência social, tu falaste que uma das prioridades é a gestão do combate à fome. Nesse
466 sentido também colocar que eu participei há um tempo de uma reunião de segurança alimentar e
467 vejo que talvez não em Porto Alegre, mas em municípios menores, existe muito ainda essa
468 confusão, existe muita coisa a ser construída, até porque talvez e alguns momentos essas políticas
469 estejam, digamos, meio sobrepostas. Então, também entender como acontece, se existe essa
470 articulação em nível nacional, junto com a segurança alimentar, que eu acho fundamental dentro da
471 experiência que eu tenho. **Sr. Sílvio Iung:** O primeiro ponto era a questão de como garantir a
472 autonomia. Vejam, há instrumentos postos hoje, todo gestor tem que apresentar um plano de
473 assistência social para o município. O Conselho que se sujeita a aprovar um plano que não é
474 discutido, então, há uma responsabilidade daquele Conselho, daquelas pessoas. Ah, mas é difícil!
475 Certamente é difícil, fácil não é, mas é um instrumento fundamental para esse exercício. E o gestor
476 uma vez apresentando não pode mudar daqui a meio ano, dizer: “Agora não é mais esse plano,
477 agora é outro; porque o plano do outro não era bom”. O Conselho tem essa responsabilidade de
478 discutir com o gestor o plano, como tem o dever de discutir o orçamento. Então, possibilidades
479 existem. Agora, infelizmente, nós temos essa situação, como eu disse ainda, às vezes por
480 incapacidade, ou por incompreensão, de que muitos Conselheiros ainda não sabem o seu papel e
481 deixam a coisa andar. Então, começa por aí, de que a sociedade passe a cobrar e, portanto, cobre
482 daqui a pouco também dos Conselheiros e diga: “Mas como que vocês aprovaram esse negócio aí?”
483 Esse é um processo. A questão da prioridade, nós vivemos no País do “cobertor curto”, não adianta
484 fugirmos disso, é uma situação. E prioridade não significa ausência de atendimento, mas é por onde
485 se começa e tem que se começar por algum lugar. Então, eu não vejo prioridade como um problema,
486 eu acho antes uma solução, porque a gente passa a se organizar, a gente passa a planejar e com um
487 planejamento a gente vai muito mais longe. A questão de quem participa do GT lá e da discussão
488 dos indígenas e quilombolas, indígenas têm muitos remanescentes, tem guarani, caingangue. Sei lá,
489 tem acho que umas 10 tribos que participam lá, do Rio Grande do Sul acho que são caingauges, a

490 questão da segurança alimentar, a prioridade que eu falei antes é exatamente para a capacitação de
491 técnicos, Conselheiros, gestores; portando, é com o intuito exatamente de poder compatibilizar isso,
492 de poder formar um entendimento comum a partir disso para a segurança alimentar. Essa é a
493 prioridade que está sendo conferida no orçamento 2007. Então, é mais ou menos nessa preocupação
494 que você aponta, para poder discutir qual é o papel, onde entra, onde começa uma e onde começa a
495 outra. **Sra. Brizabel M. da Rocha:** Quero agradecer o convite da Maria, nossa Presidente,
496 agradecer a oportunidade de estar aqui contigo, Sílvio. E temos mais Conselheiros da FASC, que é
497 o órgão gestor e que é uma daquelas peças da engrenagem que você citou do Conselho, do Conselho
498 Nacional e que tem que estar com todas as engrenagens sem falhas. Cumprimentar a nossa Vice-
499 Presidente do CMAS, que hoje, coincidentemente, a gente retomava a história de o que a Maria do
500 Carmo, da Educação, Vice-Presidente do CMAS, em uma composição interessante, de
501 entendimento com o CMAS, quando assumimos em agosto, na seqüência o próprio CMAS, pela
502 sociedade civil, entendeu que a Presidente da época não atendia, enfim, não estava com uma
503 integração necessária com o atual Conselho. Apresentaram uma demanda, reconstituíram a direção
504 do CMAS, apresentaram a Mariazinha, e nós enquanto órgão gestor, para poder conciliar e integrar
505 com o Conselho, que é deliberativo, que tem a sua autonomia, apresentamos, na época nós
506 exercíamos a vice-presidência, acatamos a determinação da sociedade civil, respeitamos aquele
507 movimento, entendemos como legítimo. Então, apresentamos a Maria do Carmo por ser uma
508 Conselheira integrada com o Conselho, uma pessoa de uma Secretaria que tem um grau de
509 importância muito grande, e eu hoje sou Conselheira comum e faço parte da Executiva. Foi
510 interessante, porque hoje nós retomamos porque a Educação hoje é Vice-Presidente do Conselho
511 Municipal de Assistência Social. Sílvio, eu falaria especificamente do que é de interesse comum
512 nosso do gestor e do Conselho de Porto Alegre, pontualmente algumas questões e gostaria que tu
513 fosses o nosso interlocutor. Tu pautaste aí a questão dos fundos e repasses para fundos. Há uma
514 grande dificuldade por parte do MDS, nós tivemos boas notícias na sexta-feira. O João, que é o
515 gestor do Fundo, que está aqui, o Gilberto, que é dos convênios também, a Diva, que é a nossa
516 assistente social, cedida agora para o CMAS, está aí também. Finalmente o MDS vem dar a notícia
517 que vai abrir a possibilidade em 10, 15 dias de abrir o sistema informatizado de prestação de contas
518 de 2005. Então, isso nos dá um grau de dificuldade muito grande, porque nós temos recursos para
519 serem remanejados, recursos para serem realocados, que este Conselho aqui já aprovou, inclusive,
520 em resolução. Nós estamos de “mãos atadas”, inclusive, com uma situação complicada de não poder
521 responder tudo publicamente, seja para quem for, Câmara de Vereadores, afinal, do que se
522 devolveu, o que se reaproveitou e o que se reutilizou. Existe no Fundo Nacional, por informação de
523 uma pessoa do MDS, no último encontro, 300 milhões de reais parados no Fundo, em todo o Brasil.
524 O MDS está fazendo uma análise mais profunda, que talvez seja porque são recursos carimbados,
525 específicos para “x” programas e não podem ser realocados para outros. Eles apontam também
526 nessa conferência, que nós gravamos, Maria, e colocamos à disposição, até deveria passar para o
527 Conselho, ou para a Comissão de Políticas, que a partir daí vão estar definindo o que poderá ser
528 feito dos recursos de 2004 e 2003. Embora sendo de outra administração, e são recursos
529 diferenciados, nós também não devolvemos, tem recursos empenhados e recursos que não foram
530 utilizados, há duas situações de recursos dentro do Fundo. Nós também temos a maior ansiedade de
531 receber uma orientação formal, legal, do MDS a que destino dar e que, preferencialmente, possa ser
532 reutilizado no município a partir das deliberações do Conselho Municipal, que se possa identificar
533 outras entidades, que possa ser reutilizado, que não é o caso de Porto Alegre, é do Brasil todo.
534 Então, essa regularização formal do *site*, inclusive para dar transparência aos recursos recebidos nos
535 municípios, que os Conselhos possam estar acessando, isso é da maior urgência. Isso tem-nos
536 preocupado e tem-nos desgastado. Nós tínhamos decidido na semana passada que íamos a partir das
537 resoluções, pelo menos de 2005, utilizar sem esperar, essa é a orientação e o ok formal do MDS,
538 mas aí veio a orientação que teria uma teleconferência no Banco do Brasil, sexta-feira, a gente

539 esperou. Então, nós gostaríamos que tu fosses porta-voz dessa nossa ansiedade, necessidade que se
540 faz necessária. Uma outra questão que a Iara colocou em relação à população de rua, inclusão
541 produtiva, o MDS no compartilhamento que se faz por todo o Brasil, porque nós temos uma gestão
542 única e isso talvez nos dá uma garantia de não descontinuidade dos programas a cada governo. A
543 gente tem uma gestão única da assistência social e os programas que passam de governo para
544 governo, mas houve um compartilhamento e a região sul não foi contemplada para a rede de alta
545 complexidade, para a inclusão de programas. Nós fizemos uma avaliação da seguinte forma: se
546 através do *site* e do meio informatizado estão com todos esses problemas, provavelmente norte e
547 nordeste do Brasil terá um grau de dificuldade. E nós incluímos programas de inclusão produtiva
548 para a população de rua, mesmo não sendo dado espaço para a região sul, e para a surpresa boa
549 nossa, nós conseguimos os projetos aprovados, vamos para a segunda etapa. Então, que se pensasse
550 que a população em situação de rua, quase que quantitativamente é pelo menos uma média meio
551 igual nas grandes cidades, que se pensasse essa população como população prioritária da assistência
552 social. Então, não só aqueles públicos específicos, que são os quilombolas e indígenas, que eram
553 públicos prioritários da segurança alimentar e hoje passam a ser públicos também com um olhar
554 diferenciado da assistência social. A questão dos planos, só para lembrar também, nós tivemos o
555 nosso plano de Porto Alegre para ser aprovado pelo MDS antes da Conferência Municipal. Nós
556 atrasamos a entrega no Governo Estadual para poder pelos menos anexar como anexo os resultados
557 da conferência, que estão aqui, no plano municipal. Então, esse descompasso que houve na época e
558 a necessidade fez com que se seguisse rigidamente as regras dadas pelo MDS, mas o que se fez foi
559 uma compilação dos programas que já existiam. Eu acho que tu concordas comigo, Sílvio, isso que
560 nós somos uma das Capitais que realizamos a conferência mais tarde e atrasamos no Governo do
561 Estado. Eu perdi os prazos do Governo do Estado, mas enviamos, como era por ordem de chegada,
562 enviamos sem formalizar que havíamos perdido o prazo para pelo menos poder anexar os resultados
563 da conferência. O SUAS é um plano dez, que nós estamos no ano um, e os planos sim devem ser
564 revisados ano a ano, até por conta dessa necessidade que o MDS teve o ano passado e que a gente
565 teve que cumprir os prazos. Realmente não foi um plano discutido suficientemente, mas um plano
566 que obedeceu às regras e que prevê a sua abertura e a sua releitura. E uma última questão, que eu
567 cheguei a anotar, que também já fomos mandatários e gostaríamos que tu também fosses o nosso
568 interlocutor, é na questão da capacitação. O Secretário Russo, por duas vezes que esteve aqui, deu
569 conta de um grande convênio com o Banco Mundial para capacitação. Isso tem sido discutido com
570 os COGEMAS e com os CONGEMAS, que são os gestores nacionais e os municipais, que é tarefa
571 dos governos dos Estados a capacitação. E a gente está reivindicando junto ao MDS que isso possa
572 passar pelos Conselhos Municipais, possa passar pelas necessidades dos gestores municipais,
573 entendendo, inclusive, a capacidade operacional de todos os estados de desenvolverem essa
574 capacitação. Não sendo muito o nosso caso, da região sul, mas há muitas queixas de outros Estados
575 do Brasil, que os Estados não dão conta dessa tarefa, e não podem dar, porque quando um gestor dar
576 conta de 54 mil municípios é muito difícil. Agora, quando 24 gestores dão conta de 5 mil e poucos
577 municípios é um pouco menos difícil, mas continua sendo difícil. Então, Sílvio, que o Conselho
578 Nacional pudesse interagir e deliberar que os Conselhos Municipais pudessem estar opinando e
579 deliberando sobre a capacitação junto com seus gestores municipais, principalmente com as regiões
580 metropolitanas, que é o nosso caso. Para implantar o SUAS aqui em Porto Alegre é impossível
581 implantar se não tiver a Grande Porto Alegre integrada. Em seguida vamos estar apresentando o
582 nosso cronograma de capacitação, nós ampliamos os recursos através da FASC, mas a gente sabe
583 que ainda sim, mesmo que a gente quadruple os recursos, eles ainda são poucos. Eu acho que
584 seria isso bem pontualmente, bem dentro das nossas necessidades, dentro das nossas questões.
585 Reiterando a participação, a qualidade deste Conselho, dos Conselheiros, a participação efetiva que
586 todos têm, desta conquista de Porto Alegre ao longo dos anos, que tu acompanhas, tu és uma pessoa
587 próxima, e especificamente deste Conselho que tem trabalhado integrado. Nós temos algumas

588 dificuldades naturais e que a gente tenta estar equacionando e isso e faz isso através da participação.
589 Aproveitando, isto não é hora, mas estou com uma crise de labirintite faz 10 dias, fui revisar a
590 minha crise e vou ser afastada 10 dias para sossegar o labirinto. Então, o Mauro vai responder nos
591 próximos 15 dias pela FASC, amanhã mesmo vamos fazer uma reunião de ajustes, mas pelo menos
592 estamos bem integrados. Então, é isso, Sílvio e Maria, sei que amanhã temos reunião, a Sandra está
593 aí, a Conselheira, a Cláudia. Agradeço mais uma vez pela oportunidade de estar aqui junto com o
594 Sílvio. Obrigada! **Sra. Presidente:** Obrigada, Brizabel. Alguém quer fazer mais alguma pergunta ao
595 Sílvio, ou até mesmo a Brizabel? Ela vai sair de licença, acho que é o momento. **Sra. Iara de**
596 **Fátima B. da Rosa:** Eu tenho e é para a Brizabel. Na nossa Plenária de maio nós aprovamos
597 algumas resoluções a respeito do PI de 2006. Fizemos em maio até porque tivemos uma conversa na
598 Executiva de que se o Conselho agilizasse essas resoluções os convênios do PI 2006 passariam a
599 valer a partir de 1º-07 desde ano, de 1º-07-06 a 1º-07-07. Nós entendemos que tem sido assim todos
600 os anos. Na sexta-feira houve um ato de assinatura de convênios e a posição que se tem, e gostaria
601 que me corrigisse se eu estiver errada, de que esses convênios vão começar a partir do dia 1º-07.
602 Esse é um ponto, então, existe uma diferença de um mês, que se multiplicarmos por todos os
603 convênios dá na base de 80, 90 mil reais que vão ficar para trás. E uma outra coisa que me chama
604 atenção é também em relação a essa questão de convênios, que a listagem do PI já saiu há bem mais
605 tempo e têm entidades que só agora ficaram sabendo que precisavam levar documento, tipo,
606 certidões, coisas assim. A minha mesmo, a qual eu represento dentro da CORAS, porque no
607 Conselho eu represento a região Centro, a minha mesmo ficou sabendo que não assinaria o
608 convênio na sexta-feira porque estavam faltando certidões, só que ninguém pediu certidão nenhuma.
609 Assim também outras entidades que também chegaram a nós. Eu não tenho problema, nós já
610 resolvemos, amanhã as certidões estarão lá, só que me parece que a coisa tem que fluir mais,
611 principalmente na questão das informações. Se as certidões que se têm em mãos lá estão vencidas e
612 tem que ser assinado um novo convênio, o mínimo que tem que fazer é avisar. Obrigada! **Sr.**
613 **Gilberto:** Eu quero responder: todas as entidades foram avisadas, inclusive, a tua foi avisada. **Sra.**
614 **Presidente:** Vamos voltar. Eu quero perguntar à Plenária se alguém mais tem alguma pergunta a
615 fazer ao Sílvio ou a Brizabel? São 19h50min, quando encerrarmos essa parte a gente pede que os
616 Conselheiros permaneçam ainda por mais 15 minutos, porque temos entidades com convênios que
617 precisamos deliberar hoje para poderem assinar os convênios. Alguém mais quer fazer alguma
618 pergunta? Porque a Brizabel vai responder, eu acho que o Sílvio quer fazer as considerações finais.
619 Eu queria, antes de encerrar, pedir que o Sílvio falasse um pouquinho como está a implementação
620 dos CRAS em nível nacional para a gente poder se situar um pouquinho. E uma outra questão que
621 está colocada é em relação à questão dos reajustes dos recursos federais, que as entidades que estão
622 aqui não falaram, mas essa é uma demanda. Então, se tu pudesses falar como está, se existe alguma
623 negociação em nível de Conselho Nacional em relação a isso, porque o pessoal falou muito antes,
624 mas hoje eu acho que eles ficaram meio constrangidos de te perguntar sobre isso. **Sra. Brizabel M.**
625 **da Rocha:** Os convênios do PI que foram assinados na sexta-feira terão validade de um ano normal,
626 de julho a julho, e se incorporam todos os convênios, nós já fizemos essa discussão. Todos os
627 convênios que se configuram de Ação Continuada vão se incorporar ao orçamento do ano que vem
628 e continuarão sendo atendidos. É uma discussão que se fez que como vamos fazer convênios de
629 Orçamento Participativo por um ano de SASE, por exemplo, aí chega em julho, ou junho, e se pára
630 de atender. Então, já se suplementou, inclusive, para orçamento para o ano que vem a continuidade
631 desses convênios assinados. Eu não vou entrar agora aqui, mas vou verificar, Iara, o que houve no
632 setor e com as entidades a forma como foram avisadas ou não, mas só registro que isso foi alvo de
633 minha preocupação várias vezes. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** Os convênios que estão no PI
634 2006 se referem à matriz orçamentada e aprovada na Câmara em outubro do ano passado para viger
635 durante o ano de 2006. Então, aquele valor que está lá no PI de quarenta e não sei quantos mil para
636 convênio de 40 metas de SASE, corresponde ao ano de 2006, que em 2007 já entra como

637 Continuada. Então, nós vamos receber a partir de julho o convênio, aquele dinheiro que foi
638 aprovado na Câmara não vai ser todo empregado na assistência social. É isso que nós estamos
639 questionando. **Sra. Presidente:** Alguém mais tem alguma pergunta para o Sílvio? Então, vamos
640 fazer as considerações finais, Sílvio. **Sr. Sílvio Iung:** Eu acho que talvez reforçar. A questão dos
641 CRAS está andando, como eu disse há a previsão que em 4 anos todos os municípios sejam
642 contemplados com CRAS, isso está nas deliberações da conferência e está também já na proposta
643 inicial para o ano que vem. Nós tivemos uma reunião com coordenadores de CRAS, em Brasília,
644 nos dias 19 e 20, e de um modo geral tem sido mostrada uma experiência bem importante e que vai
645 fazer muita diferença na assistência social. Inclusive, na fala de abertura eu havia dito que o CRAS
646 passa a ser a grande referência da assistência social no município, aí pára esse negócio de ficar na
647 frente da Secretaria, ou alguma coisa assim. Quer dizer, é o local onde as pessoas são encaminhadas
648 e atendidas dignamente. Então, o CRAS é esse espaço e é uma das prioridades. Quanto à questão
649 dos reajustes eu vou levar isso para a discussão do orçamento, agora em julho, quando nós
650 recebermos a proposta orçamentária. Se vocês quiserem fazer uma consulta eu posso informar de
651 como isso fica. Então, quero agradecer mais um vez pelo convite, pela possibilidade de estar aqui.
652 Eu estou à disposição, se alguém quiser fazer algum contato podem enviar um *e-mail* para o
653 Conselho, é cnas@mds.gov.br. Então, qualquer coisa a gente está à disposição, e o telefone é
654 (61) 3433-55-54, contando também com as reivindicações, sugestões de vocês todos para que a
655 gente possa fazer uma política pública sempre discutida, sempre debatida. Parece-me que quanto
656 mais a gente consegue envolver pessoas tanto ou mais qualificadas a gente faz. Eu me comprometo
657 também de levar adiante essas questões, não por ser do sul, mas também por isso de constituir-me
658 porta-voz dessas questões e em especial no caso da FASC, também deste Conselho me colocar à
659 disposição. **Sra. Presidente:** Em nome do Conselho Municipal de Assistência nós queremos
660 agradecer a tua presença. Eu acho que foi muito gratificante para nós e sempre que pudermos nós
661 estamos à disposição. Quero dizer que somos parceiros nas construções das políticas públicas,
662 queremos estar sim discutindo conjuntamente, propondo. Essa questão da capacitação a gente está
663 tentando ver com as universidades aqui, porque a gente entende que há uma necessidade de
664 estarmos capacitando não só os Conselheiros, mas as entidades também, os profissionais que
665 trabalham nas entidades da sociedade civil. Queremos agradecer a presença de todos que estiveram
666 aqui conosco e temos hoje várias pessoas que não são Conselheiros, fizemos uma Plenária
667 ampliada, disponibilizando para cada CORAS da região 5 vagas, para que, enfim, os usuários
668 pudessem estar participando, prestigiando também a tua presença, que a gente sabia que era
669 importante. Queremos agradecer a presença do pessoal do Fórum de Entidades, o pessoal do
670 CMDCA, a Iene que representa o PAIF, a Brizabel, enfim, as pessoas que nos prestigiaram. E os
671 nossos Conselheiros, por favor, permaneçam 15 minutos a mais. **2 – Processos de Entidades:
672 inscrições novas, manutenção, recadastramento e cancelamento; 3 – Resolução –
673 cancelamento convênio creche com CPIJ – Restinga e repasse para outras entidades.** Então,
674 vamos ler as resoluções. Resolução n.º 092; “A Conselho Municipal de Assistência Social de Porto
675 Alegre, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 352/95, resolve aprovar a
676 inscrição da seguinte Entidade: Associação Amigos Voluntários da Casa da Sopa”. Alguém tem
677 alguma pergunta? Todos concordam? Por favor, levantem a mão. **Sra. Melissa Bargmann:** Eu acho
678 que é só para conhecimento agora. **Sra. Presidente:** Eu não vou ler toda aquela “história” lá de
679 cima: “Resolve aprovar a manutenção da inscrição no CMAS das seguintes Entidades: Assistência
680 Social da Tristeza; Associação Educadora São Carlos – Hospital Mãe de Deus; Congregação da
681 Missão Província do Sul – Casa São Vicente de Paulo; Creche Trenzinho da Alegria; Lar da Criança
682 Menino Jesus de Praga; Maria Mulher; Organização de Mulheres Negras; MITRA de Arquidiocese
683 de Porto Alegre, Paróquia Nossa Senhora Medianeira; MITRA – São José do Murialdo; Obra Social
684 Santa Luíza; Sanatório Belém; Creche Nossa Senhora de Belém; SEMEAR – Serviço Médico
685 Educativo de Atendimento e Reabilitação; Sempre Mulher; Instituto de Pesquisa e Intervenção

686 sobre Relações Raciais; Sociedade Beneficente Filhas de Jesus; Sociedade Comunitária Herófilo de
687 Azambuja; Sociedade dos Moradores da Vila São Pedro; Sociedade de Educação e Caridade
688 Instituto Providência; Sociedade Humanitária Padre Cacique”. Algum questionamento? Aprovar
689 recadastramento, este é recadastramento, não tinham nem se recadastrado: Lar Esperança de Porto
690 Alegre; Ação Comunitária de Moradores e Amigos do Seu Sete. Este é indeferimento: “Resolve
691 aprovar o indeferimento da inscrição no CMAS da seguinte Entidade: Sociedade Espírita Irmão
692 Miranda”. Essa Entidade foi indeferida porque está há 2 anos com a documentação parada, foram
693 feitos vários contatos, mandamos correspondência, inclusive por AR, e não completaram a
694 documentação. Então, a gente está indeferindo, inclusive, para o processo não ficar lá *ad infinitum*.
695 Não há nenhum problema o dia que a Entidade resolver reapresentar a documentação, de fazer a
696 inscrição. Esta também é indeferimento: “Resolve cancelar convênio de Ação Continuada,
697 modalidade creche, das metas com o Centro de Promoção da Infância e Juventude Instituto Pobres
698 Servos da Divina Providência, Instituto de Educação Infantil na Restinga, a contar de janeiro de
699 2006”. Eles desistiram, já foram redimensionadas essas metas para outras Entidades. Eu estive lá
700 em uma Plenária no mês passado. É Ação Continuada, são 120, agora redistribuíram em várias
701 Entidades, uma ficou com 10 metas, outra com 20, enfim. Então, a CORAS redefiniu. Nós temos
702 que aprovar o cancelamento com o Instituto para poder conveniar com as outras Entidades. Resolve
703 aprovar convênio de Ação Continuada, que são estas Entidades agora: “Resolve aprovar convênio
704 de Ação Continuada, modalidade creche, com as Entidades abaixo, em substituição ao Centro de
705 Promoção da Infância e da Juventude Instituto Pobres Servos da Divina Providência, 120 metas:
706 Centro Infantil Renascer da Esperança, com 20 metas; Associação Comunitária Beneficente
707 Restinga Velha, com 30 metas; MITRA de Arquidiocese de Porto Alegre – Paróquia Nossa Senhora
708 Aparecida, com 47 metas; Associação Comunitária Barro Vermelho, com 23 metas”. Então, assim
709 foram redimensionadas as metas. Está aqui a Ata da CORAS onde ela faz a indicação, transferência
710 das metas. As Atas ficam para a nossa próxima reunião, eu trouxe aqui de alguns que não têm *e-*
711 *mail* e recebem as Atas das pastas. Vamos ver o que mais nós temos. **4 – Demanda 1007 – PI 2006**
712 **– alteração.** Nós temos outra questão que é a seguinte: “Ao cumprimentá-la cordialmente,
713 aproveitamos a oportunidade para apresentar esclarecimento necessário quanto à Demanda 2006, n.º
714 1007, devido à solicitação da FROP Nordeste, informamos que a demanda referida diz respeito ao
715 aumento de 20 metas de SASE para o Centro Social Marista de Porto Alegre, e não mais para
716 USBEE – Artesanato Marista Santa Isabel. Conforme ata do dia 10-06, em anexo”. Então, eles
717 mandaram porque quando tu estiveste lá, na visita de Tripartite, eles dizem que tinham falado que
718 seria ao invés e ficaram de readequar e saiu um livro igual. O FROP mandou, tem Ata, tem tudo,
719 para fazer a inversão. Para nós não há problema, se a região decidiu não somos nós que vamos ser
720 contrários, porque a gente já havia votado que seria com o Centro Social Marista. Vocês concordam
721 que seja repassado para outra Entidade? É uma decisão da demanda, eles dizem que era assim, só
722 que havia saído errado, quando a Tripartite fez a visita eles lembraram isso, mandaram uma Ata
723 onde consta que era assim, e o GPO publicou de forma equivocada. Concordam? Então, ok. **Sra.**
724 **Iara de Fátima B. da Rosa:** Levando em consideração de que há *quorum*, então, as resoluções
725 decididas aqui não precisam ser *ad referendum*. **Sra. Presidente:** Então, estão todas as aprovadas.
726 Então, muito obrigada, boa noite a todos. Provavelmente, semana que vem a gente faça reunião
727 extraordinária se conseguirmos resolver a questão das Casas Lares na Comissão de Políticas.
728 (Encerrada a reunião às 20h19min).